

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANAPI/AL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E O ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSCIENCIA SOCIOAMBIENTAL – ABCSA, ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS.

O **MUNICÍPIO DE CANAPI/AL**, Estado de Alagoas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.367892/0001-42, com sede na Avenida Joaquim Tetê, 336 - Centro, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal, **Vinicius José Mariano de Lima** portador de CPF nº 100.295.514-98 e Cédula de Identidade nº 35.054.190 SSP/AL, residente e domiciliada neste Município, concomitantemente com a Secretaria Municipal da Educação, neste ato representado pelo Secretário o Sr. **Luiz Vieira da Silva** portador do CPF nº 939.461.802-00 e Cédula de Identidade nº 1.273.302 SSP/AL, e a **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSCIENCIA SOCIOAMBIENTAL – ABCSA**, inscrita no CNPJ 29.873.578/0001-34, com sede na Avenida Minas Gerais, 700, Loja 15 e 16, Centro, CEP 35.010-151, Governador Valadares/MG, neste ato representada pelo Sr. **Alan do Nascimento Ribeiro**, portador do RG MG – 6.070.408, inscrito no CPF 011924846-81, doravante OSC, com fundamento do que dispõe a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, a qual poderá ocorrer no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política, resolvem firmar o presente Termo de Fomento que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui-se objeto do presente Termo de fomento para estabelecer o cumprimento das normas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, visando a estruturação, operacionalização do Projeto **Mais Ação**, em apoio à Rede Municipal de Educação do Município de Canapi/AL, tomando como diretrizes os objetivos específicos ora alinhados com as metas que estão estabelecidas no Plano Municipal de Educação, consoante ao plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

I - DO MUNICÍPIO:

- a) Elaborar e conduzir a execução da política pública;
- b) Emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- c) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- d) Prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;
- e) Repassar à OSC os recursos financeiros previstos para execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- f) Manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- g) Publicar, no Diário Oficial do **MUNICÍPIO**, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- h) Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do **MUNICÍPIO**;
- i) Emitir relatório técnico de monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do **MUNICÍPIO**;
- j) Analisar relatórios gerenciais financeiros e de resultados;
- k) Analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- l) Disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais e de resultados e da CM, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de suas assinaturas;
- m) Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- n) Na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o **MUNICÍPIO** poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens e/ou, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o **MUNICÍPIO** assumiu essa responsabilidade;



- o) Divulgar na internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

II - DA OSC

- a) Desenvolver as atividades previstas no plano de trabalho que integra o termo e apresentar relatório de execução do objeto contendo:
 - a.1) Comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;
 - a.2) Comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- b) Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, apresentar relatório de execução financeira, elaborado eletronicamente por meio de formulário próprio constante do sítio eletrônico do Município, que deve conter demonstrativo integral da receita e da despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência;
- c) Executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, se observado o artigo 35, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- d) Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- f) Observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do **MUNICÍPIO**;
- g) Responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação de pessoal e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto;
- h) Divulgar, no seu sítio eletrônico e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo **MUNICÍPIO**, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;
- i) Indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste instrumento;
- j) Manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, observado o disposto no artigo 51 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- l) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;



- m) Assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do **MUNICÍPIO**;
- n) Utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;
- o) Permitir e facilitar o acesso de agentes do **MUNICÍPIO**, de órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto; a responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o **MUNICÍPIO** e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
- p) Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- q) Garantir e observar o direito de acesso à informação de que trata a Lei Federal nº12.527/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO GESTOR DA PARCERIA

3.1 O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o **MUNICÍPIO** informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe, em especial:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;
- IV - Disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- V - Comunicar ao administrador público a inexecução por culpa exclusiva da OSC;
- VI - Acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;
- VII - Realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSC, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

547
R



VIII - Realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais.

Parágrafo 1º - Fica designado como gestor o Sr. (a) **GILBERTO MENDES DA SILVA**, CPF: 046.074.414-30.

Parágrafo 2º - O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo **MUNICÍPIO**, por meio de simples apostilamento.

Parágrafo 3º - Em caso de ausência temporária do gestor, a Secretária Municipal da Educação ou quem ela indicar assumirá a gestão até o retorno daquele.

Parágrafo 4º - Em caso de vacância da função de gestor a Secretária Municipal da Educação ou quem ela indicar assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

CLÁUSULA QUARTA - DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pela Secretária Municipal da Educação em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo único – A Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, deverá analisar e monitorar os relatórios técnicos indicados no caput desta cláusula, os quais deverão ser emitidos a cada 03 (três) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO COMPETE À COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (CMA):

I - Homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela **OSC**, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - Avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

III - Analisar a vinculação dos gastos da **OSC** ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

IV - Solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na **OSC** e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

V - Solicitar aos demais órgãos do **MUNICÍPIO** ou à **OSC** esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;



VI - Emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 O valor total da presente parceria será de **R\$ 2.407.142,16 (dois milhões quatrocentos e sete mil cento e quarenta e dois reais e dezesseis centavos)**, sendo dividida em 24 (vinte e quatro) parcela mensais no importe de R\$ 100.297,59 (cem mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos), custeada pela seguinte fonte orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação

Secretaria: 51 - Fundo Municipal de Educação Unidade: 0051 - Fundo Municipal de Educação Funcional Programática- 4010 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Elemento de Despesa: 3.33.50.43 - Subvenções Sociais

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Educação

Secretaria: 52 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB

Unidade: 0052 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB

Funcional Programática: 4024 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO ESPECIAL - FUNDEB 30%

Elemento de Despesa: 3.33.50.43 - Subvenções Sociais

Parágrafo 1º - Os recursos financeiros, de que trata o "caput" desta cláusula, serão transferidos à **OSC** na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

Parágrafo 2º - Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto da parceria.

Parágrafo 3º - Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela **OSC** para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

Parágrafo 4º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS



7.1 Durante o período de vigência desta parceria, poderão ser destinados à **OSC** bens públicos necessários ao seu cumprimento, os quais poderão ser disponibilizados por meio de disposição constante do plano de trabalho, de permissão de uso ou de instrumento equivalente em que se transfira a responsabilidade pelo seu uso e guarda, na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os bens adquiridos pela **OSC** com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

Parágrafo 2º - Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos com recursos da parceria, inclusive os remanescentes, poderão ser doados à própria **OSC**, de acordo com o interesse público, mediante justificativa formal da Secretária Municipal da Educação, atendidas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 A **OSC** elaborará e apresentará ao **MUNICÍPIO** prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula, observando-se o Capítulo IV da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º - Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **OSC**, devidamente identificados com o número do processo e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas Municipal ou do Tribunal de Contas Estado, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria **OSC**.

Parágrafo 2º - Sem prejuízo da plena observância dos normativos apontados no “caput” desta cláusula, bem como das instruções oriundas da Secretária Municipal da Educação e do **MUNICÍPIO**, a **OSC** prestará contas nos seguintes prazos, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original e uma cópia) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas e relação nominal dos atendidos:

1. Prestação de contas mensal: até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente ao do repasse;
2. Prestação de contas anual: até o último dia útil do mês subsequente ao término do exercício;
3. Prestação final de contas: até 90 (noventa) dias, contados do término de vigência da parceria.

Parágrafo 4º - Apresentada a prestação de contas parcial e anual, emitir-se-á parecer:

1. Técnico, acerca da execução física e atingimento dos objetivos da parceria;
2. Financeiro, acerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.



Parágrafo 5º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

Parágrafo 6º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

Parágrafo 7º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do **MUNICÍPIO**, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

Parágrafo 8º - A responsabilidade da **OSC** pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do **MUNICÍPIO** pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA NONA - Da Vigência e da Prorrogação

9.1 O prazo de vigência desta parceria é de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por até 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo aditivo.

Parágrafo 1º - No mínimo 30 (trinta) dias antes de seu término, havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretária Municipal da Educação, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela **OSC** e autorização do titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

Parágrafo 2º - O **MUNICÍPIO** prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo 3º - Não obstante o prazo estipulado, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AÇÃO INSTITUCIONAL

10.1 Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações fornecidas pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo 1º - É vedada à **OSC** a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal do **MUNICÍPIO**.

Parágrafo 2º - Caso a **OSC** realize ação promocional sem a aprovação do **MUNICÍPIO** e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

Parágrafo 3º - A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria, deverá apresentar a marca do Governo do Estado de Alagoas, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do **ESTADO** e **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindida por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que a torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, **MUNICÍPIO** responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a **OSC** apresentar ao **MUNICÍPIO**, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

Parágrafo 2º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o **MUNICÍPIO** deverá instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

Parágrafo 3º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos do **MUNICÍPIO**, fica a **OSC** obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora.

Parágrafo 4º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior ensejará a imediata instauração da tomada de contas especial, sem prejuízo da inscrição da **OSC** no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN estadual).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

12.1 Este termo poderá ser alterado de comum acordo mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

13.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, o **MUNICÍPIO** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Parágrafo 1º - As sanções aplicadas consoante o previsto no "caput" desta cláusula, serão registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

14.1 As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, "Leis Anticorrupção") e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

Parágrafo 1º- A **OSC** declara que tem e manterá até o final da vigência desta parceria um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

Parágrafo 2º- Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seu código de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a no exercício dos direitos e obrigações previstos nesta Parceria e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relaciona das ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades priva das, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou de cisão ou direcionar negócios ilicitamente ; assim como realizar quais- quer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 60.106/2014, ou de quaisquer outras leis ou regula mentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com a presente Parceria.

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

Parágrafo 3º - A fundada suspeita de violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral desta Parceria, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as condições seguintes:



I - Os trabalhadores contratados pela **OSC** não guardam qualquer vínculo empregatício com o **MUNICÍPIO**, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela **OSC**;

II – Quando se tratar de projeto ou atividade, a **OSC** deverá entregar ao **MUNICÍPIO**, mensalmente, sob a forma de meio eletrônico, a relação nominal atualizada dos beneficiários das ações relativas à parceria, contendo os CPFs e endereços completos de cada beneficiário.

Parágrafo 1º - Todas as comunicações, relativas a esta parceria, serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

Parágrafo 2º - As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Alagoas para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Canapi/AL, 10 de outubro de 2023


Vinicius José Mariano de Lima
Prefeito
MUNICÍPIO DE CANAPI

ALAN DO NASCIMENTO Assinado de forma digital
RIBEIRO:01192484681 por ALAN DO NASCIMENTO
RIBEIRO:01192484681

Alan do Nascimento Ribeiro.
Representante Legal
Diretor Presidente da ABCSA
Associação Brasileira de Consciência Socioambiental

Compareceu ao presente ato, o Secretária de Educação, Sr. Luiz Vieira da Silva, para que surtam seus legítimos e legais efeitos.


Luiz Vieira da Silva
Secretário Municipal de Educação

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE, ORIGINADA DE
INSTITUIDOR ATIVO.**

PORTARIA n. 09 de 25 de outubro de 2023.

Concessão de pensão por morte, originada de instituidora ativa.

A **DIRETORA PRESIDENTE DO IPREV – CANAPI**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 179, § 1º da Lei Municipal n. 21/2005 e a Portaria n. 12/2021, lavrada pelo Exmo. Prefeito Municipal de Canapi – AL, e tendo em vista o que consta no processo administrativo n. **120231001002/2023**,

RESOLVE:

Conceder **Pensão por morte na forma da Lei Municipal n. 44/2008- originada de instituidora ativa**, com fulcro nos vencimentos percebidos em 04 de outubro de 2022, data do óbito da ex - servidora **JOSINETE MARIA DE OLIVEIRA LIMA**, inscrita no CPF/MF sob o n. 304.117.258-58, matrícula n. 21, a qual ocupava o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos abaixo descritos:

Dados do (s) pensionista (s):

Beneficiário/CPF/Parentesco/Natureza da pensão/Cota parte (Observado o art. 40, § 7º da CF/88)/ Data da extinção do benefício: **INGRID BEATRIZ OLIVEIRA DE LIMA/151.732.274-00/FILHA MENOR/ TEMPORÁRIA/ 100%/ 12.12.2028**

Conforme dispõe a EC 41/2003, este benefício enquadra-se na rubrica Pensão - IPREV sem paridade.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de início do benefício, qual seja 04 de outubro de 2022, data do óbito.

Canapi - AL, 25 de outubro de 2023.

KESIA MARIA RODRIGUES DE LIMA
Diretora Presidente - IPREV Canapi

*** REPUBLICADA POR INCORREÇÃO**

Publicado por:
Sueli Barbosa Vilar
Código Identificador:45F1C184

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2023**

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2023

Fundamento Legal: artigos 593 e ss. do Código Civil e/ou sob regime de trabalho voluntário em conformidade com o caput do artigo 3º da Lei n. 9.608/98, Lei Federal nº 13.019/2014;

Partes: **MUNICÍPIO DE CANAPI/AL**

Contratada: **INSTITUTO EVERALDO GOMES DE SOUZA**, CNPJ 07.762.189/0001-07.

Valor Estimado: **R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais;**

Objeto: Processo de celebração de Termo de fomento para estabelecer o cumprimento das normas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, visando a estruturação, operacionalização do Projeto **Mais Ação**, em apoio à Rede Municipal de Educação do Município de Canapi/AL.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses;

Celebração: 10/10/2023;

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Tiberio Lucivan Villar Nunes.

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador:BC13DF79

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2023**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2023

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93.

Partes: **MUNICÍPIO DE CANAPI/AL** e empresa **JOSE CICERO DOS SANTOS JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.456.118/0001-33;

Objeto: **contratação de empresa para aquisição de Materiais de Endemias**, para atender a demanda da Secretaria de Administração do Município de Canapi/AL.

Valor Total: **R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais);**

Vigência: 31/12/2023 ou até a entrega total dos produtos;

Celebração: 24/10/2023;

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e **Jose Cicero dos Santos Junior**.

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador:DB060641

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REDUÇÃO DE VALORES
AO CONTRATO DE PROGRAMA DO PLANO DE
EXECUÇÃO 030/2023**

Consórcio Regional de Resíduos Sólidos do Sertão Alagoano
CNPJ: **19.019.626/0001-78**
PROCESSO ADM. Nº 042/2023

Ref.: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE REDUÇÃO DE VALORES AO CONTRATO DE PROGRAMA DO PLANO DE EXECUÇÃO 030/2023 QUE, NOS TERMOS ESTABELECIDOS JUNTO AO CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO ALAGOANO, ENTRE SI SELEBRAM O REFERIDO CONSORCIO E O MUNICÍPIO DE CANAPI/AL, PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO.

o CONSÓRCIO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERTÃO DE ALAGOAS - CRERSSAL, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 19.019.626/0001-78, com sede na Rua Padre Cicero, Nº69, Centro. CEP: 57.545-000 | Inhapi – AL, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Eliziane Ferreira Costa Lima, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 648.053.954-00 e no RG sob o nº 874401 SSP/AL ao final assinado, doravante denominado Contratada. e **O MUNICÍPIO CANAPI-AL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Joaquim Tetê, s/n. – Centro – Canapi/AL, CEP 57530-000, inscrito no CNPJ sob o nº 12.367.892/000142, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA, ALAGOANO, Casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 100.295.514-98 e no RG sob o nº 35054190 SSP/AL, doravante denominado concedente contratante. CONSIDERANDO que os municípios do Alto Sertão Alagoano adotaram o Consórcio Público (CRERSSAL) como ferramenta para gerenciar o Plano Integrado de Resíduos Sólidos Intermunicipal, e que o serviço contratado representa o cumprimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, representado pela Lei Federal 12.305/2010. CONSIDERANDO o realinhamento de valores realizado entre o Consórcio Regional de Resíduos Sólidos e a Empresa Alagoas Ambiental S/A., com decisão da aplicação retroativo ao primeiro dia

jurídica AUTO POSTO NOVO LINO LTDA, inscrita no CNPJ de nº 41.163.486/0002-47, conforme melhor proposta de preços ofertada na ordem de R\$ 55.391,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e noventa e um reais).

Campestre, Alagoas, 24 de agosto de 2023.

Atenciosamente,

EDNALDO TRAJANO DA SILVA

Gestor do FMS

Publicado por:
Maria Betânia Leite Valença
Código Identificador: E92A2049

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL, por intermédio do SETOR DE LICITAÇÕES, solicita de empresa especializada orçamento para o **Prestação de serviços de aplicação de película para controle solar**, para atender as necessidades da **Secretaria Municipal de Educação**. Conforme formulário abaixo, devendo a cotação ser enviada no endereço eletrônico cotacoespma@outlook.com / cotacoespma@gmail.com, Tel./Whats: (82) 99131-9206 ou 9.9174-8784. Prazo para entrega da cotação: **08/11/2023 (quarta-feira) até as 17h00min.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	APLICAÇÃO DE PELÍCULA FUMÊ DE CONTROLE SOLAR – tipo insulfilm, de filme poliéster, autoadesiva; para ser aplicado em vidro liso para controle de calor e luz solar; na cor fumê; com dimensões de fornecimento em m ² ; Camada adesiva alta performance e ante risco. Porcentagem de Transparência (G5 – G20 – G35 – G50).	M ²	255		

ELITANIA FERNANDA DA SILVA BATISTA

Comissão Permanente de Licitação
Núcleo de Cotação

Publicado por:
Sâmara Mayra da Silva Ferreira
Código Identificador: 6A534604

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

Tenho por satisfeitas as razões do Sr. Secretário Municipal de Administração, portanto, **RATIFICO**, na forma do caput do art. 26 da Lei nº 8.666/93 a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com fulcro no do art. 24, X, da Lei de Licitações, a fim de manter em funcionamento os serviços básicos à população do município.

AUTORIZO a contratação da locação do imóvel situado no Loteamento Ghandin, no Município de Canapi/AL, CEP 57530-000, o qual se destinará para a instalação e funcionamento da Extensão do Arquivo da secretaria Municipal de Administração, pertencente a **José Ari de Melo**, inscrito no CPF sob o nº 563.625.874-72, residente e domiciliado na rua Joaquim Tete, centro de Canapi/AL, CEP 57.530-000.

Canapi/AL, 01 de novembro de 2023.

VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA
Prefeito do Município de Canapi

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador: 846C800A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023

Fundamento Legal: artigos 593 e ss. do Código Civil e/ou sob regime de trabalho voluntário em conformidade com o caput do artigo 3º da Lei n. 9.608/98, Lei Federal nº 13.019/2014;

Partes: MUNICÍPIO DE CANAPI/AL

Contratada: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSCIENCIA SOCIOAMBIENTAL – ABCSA**, CNPJ Nº 29.873.578/0001-34.

Valor Estimado: **R\$ 100.297,59 (cem mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos)**, mensais;

Objeto: Processo de celebração de Termo de fomento para estabelecer o cumprimento das normas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, visando a estruturação, operacionalização do Projeto **Mais Ação**, em apoio à Rede Municipal de Educação do Município de Canapi/AL.

Vigência: 24 (vinte e quatro) meses

Celebração: 10/10/2023;

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Alan do Nascimento Ribeiro.

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador: 29CD7301

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, na edição nº 2163, no dia 27/10/2023, onde se lê Processo de celebração de Termo de fomento para estabelecer o cumprimento das normas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, visando a estruturação, operacionalização do Projeto **Mais Ação**, em apoio à Rede Municipal de Educação do Município de Canapi/AL., leia-se: Processo de celebração de Termo de fomento para estabelecer o cumprimento das normas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, visando a estruturação, operacionalização do Projeto **Amor Sem Limite**, em apoio à Rede Municipal de Educação do Município de Canapi/AL, onde se lê: 24 (vinte e quatro) meses; leia-se: 12 (doze) meses.

Publicado por:
Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador: A66B4182

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E
ILUMINAÇÃO PU
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 65/2019.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2019.

Fundamento Legal: Inciso II do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.
Partes: MUNICÍPIO DE CANAPI/AL e F M GESTÃO EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 26.170.953/0001-91;

Objeto: **Contratação de empresa para aquisição de serviços de manutenção nas instalações de iluminação pública padrão da concessionária local, em atendimento à resolução n.º 414 de 09 de setembro de 2010, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Iluminação Pública do Município de Canapi/AL;**
Vigência: 12 (doze) meses;